

O Desenvolvimento Econômico Local - Amazonas

Nilson Pimentel (*)

10/2/2017

Nesses últimos 50 anos que o estado do Amazonas vivenciou o projeto Zona Franca de Manaus (ZFM) pouco se tem preocupado com o desenvolvimento econômico local (DEL) que de fato pudesse ser um objetivo para sair da dependência econômica que se vive desse único projeto que sustenta a economia do Amazonas, por suas resultantes econômicas, todo o sistema de receita pública estadual por via de suas atividades produtivas dinâmicas.

Por outro lado, entendem os economistas do Clube de Economia da Amazônia (CEA) que os governantes não se preocuparam com as determinantes econômicas que trazem cada local de referência dos municípios amazonenses, suas peculiaridades, suas potencialidades naturais e econômicas, seus conhecimentos tradicionais que se revelam nas atividades econômicas e laborais e na cultura local ou regional.

Para aqueles especialistas, o desenvolvimento econômico local (DEL) é todo esforço que os atores sociais locais fazem para se obter alguma atividade econômica laborativa, mesmo que não tenham conhecimento para tal, são formulações de estratégias, na tomada de decisões econômicas e na sua implementação, tratando-se, muitas vezes, de um processo longo para DEL que se baseou na autonomia desses atores locais, que nem sempre caminham com o modo pensante do governo estadual.

Assim, se consegue observar, por intermédio de pesquisas direcionadas para tal, que muitas iniciativas locais se deveu as causas da degradação do meio social e do abandono de ações de desenvolvimento providas de outras esferas governamentais não local, procedida como uma última defesa para o desenvolvimento, haja vista os reduzidos poderes e capacidades para contrapor-se à estagnação econômica a qual estavam relegados.

No CEA as discussões sempre indicam que processos de DEL devem ter participação ativa e mobilização dos atores e recursos locais, como em passado recente que técnicos da ex-SEPLAN introduziram implementação em alguns Municípios da região Metropolitana de Manaus, com o Programa Parques Industriais Municipais, no qual a parceria com o Estado (se possível, com os três níveis de governo) e com o mercado, para a realização de ações plenas em cada localidade, com a identificação de potencialidades, com a escolha de vocações e com a elaboração de planos integrados de desenvolvimento econômico local específico.

Outro fator que chama atenção daqueles economistas é a forma de tratar que o governo estadual tem para aplicar o desenvolvimento local dos Municípios que compõe as 9 nove sub-regiões do Amazonas, entendem como uma problemática empobrecida pelo reducionismo ambiental estruturalista.

O que para eles, por fatos de experiências vivenciadas ao longo desses anos, demonstram que não se pode mais conceber os processos de Desenvolvimento Econômico Local como uma simples exportação de “vulgar modelo de econômico” de um espaço territorial para outros, mesmo que intra sub-região.

Exemplificando-se que não é escavando tanque para criatório de peixes em quaisquer municípios (essas ações não contemplam sem nenhuma sinergia e nem convergência econômica) que trará algum resultado econômico para o Estado.

Portanto, a diversidade de contextos, atrás da qual dissimulam-se questões de ética e de visões do mundo, é incontornável para todos aqueles que se esforçam em melhorar os conhecimentos práticos e teóricos no domínio do desenvolvimento econômico local.

Não se pode impor nada, como vontade política de realizar algo, ou de outra forma, “eu acho que assim é melhor, ou que isto dará certo aqui”.

Quando se trata de processos de desenvolvimento econômico local as verdades se estabelecem aos poucos, pois sempre será preciso caminhar rumo a um pragmatismo tolerante, principalmente em respeito aos conhecimentos científicos, tecnológicos e inovativos e aos conhecimentos tradicionais, práticas locais e culturais.

Ou seja, de outro modo, sempre poderá ser satisfatório, economicamente, como gostam os políticos se referir, gerar renda e empregos nessas localidades.

Contudo, não é dessa forma, pois em Economia os milagres ainda não acontecem! Voltando ao peixe, o pescador profissional de pesca esportiva vem alertando a sociedade que os peixes dos rios e lagos, não são para abastecer mercados e feiras (exceto para os ribeirinhos e demais povos da floresta), pois valem muito mais vivos que comidos, mas as autoridades ainda não se deram conta dessa realidade.

Entretanto, esse imenso potencial econômico que é o pescado possui toda uma cadeia produtiva e uma cadeia de valor até chegar aos mercados consumidores que devem ser sequenciadas economicamente para que se transforme em resultados efetivos a economia estadual.

No caso do Amazonas, o que se passou foi o total abandono do *hinterland*, pois os governantes só tiveram olhos para a capital-estado Manaus, fazendo com que a sociedade se voltasse somente para o modelo dinâmico do Polo Industrial de Manaus (PIM), economicamente de resultados positivos, mas socialmente fragmentado, como se fosse um tipo de *apartheid territorial*, na mesma cidade, onde existem alguns bairros bem cuidados e bem estruturados e os demais deteriorados, essencialmente habitados por pobres, desempregados e até desassistidos pelo poder público.

Assim como a cidade de Manaus, cresceu desordenadamente, mas cresceu e de alguma forma foi reestruturada com equipamentos urbanísticos, assim mesmo, se deu a deterioração social de forma crescente e cada época a pobreza aumenta mais.

Observa-se que em importante estágio analítico, a concessão dos Incentivos Fiscais do ICMS às indústrias desse Polo Dinâmico (PIM), se tem verificado quanto mais se alarga as concessões, mais se espraia a pobreza, quer na capital, quer nas sedes municipais.

Essas disparidades sociais imposta no território da ZFM são reveladas nas anomalias de um desenvolvimento no qual a sociedade não é beneficiária, mas refém, tornando-a mais pobre, pois se acumulam os problemas de meio ambiente e com isso os riscos sociais a que estão relegados, como isto, cegos pelas atividades dinâmicas do PIM, enfraquece-se a ideia de que somente a economia de mercado seja o único horizonte para assegurar a melhoria da qualidade de vida da sociedade amazonense, e como denotam os especialistas, se tem instalado um profundo mal estar moral e social.

Vejam o crescimento do processo de favelização, perdas dos igarapés (poluição total) que cortam a cidade de Manaus, ocupação das margens e leitos de igarapés com moradias, deslizamentos de barrancos, ou seja, aumento do risco social.

O descompromisso oficial com o futuro tem transformado uma realidade potencialmente favorável em uma dura e difícil sina à sociedade amazonense, sendo o que se almeja uma governança eficaz que se deva abrir para o desenvolvimento econômico local e adote suas singularidades regionais, pois não há modelo a ser seguido, mas estruturado para que se molde um futuro promissor.

(*) Economista (UFAM), Mestre em Economia (FGV), Doutor em Economia (UNINI-Mx), Consultor Empresarial, Pesquisador e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.

